



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA DE GOIÁS  
(ESEFFEGO)  
EDUCAÇÃO FÍSICA

PATRICIA DA CUNHA FERREIRA

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENFRENTAMENTO DO SOFRIMENTO  
PSÍQUICO: Uma Análise Do *Documento Curricular Para Goiás - Ensino Médio*.**

GOIÂNIA

2023

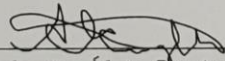
PATRICIA DA CUNHA FERREIRA

**Título: O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENFRENTAMENTO DO  
SOFRIMENTO PSÍQUICO: Uma Análise Do *Documento Curricular Para Goiás -  
Ensino Médio.***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Educação Física, pela Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás (ESEFFEGO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Goiânia, 11 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

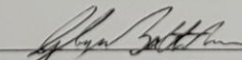


Orientador Dr. Alcio Crisóstomo Magalhães.  
Universidade Estadual de Goiás (UEG)



Documento assinado digitalmente  
CLEBER DE SOUSA CARVALHO  
Data: 14/02/2024 12:57:42-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Cleber de Sousa Carvalho  
Universidade Estadual de Goiás (UEG)



Parcecerista: Prof. Gleyson Batista Rios  
Universidade Estadual de Goiás (UEG )

GOIÂNIA  
2023

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por me auxiliar a superar os obstáculos e vencer os desafios ao longo do curso. Ao meu esposo Victor pelo apoio incondicional nos momentos difíceis e pela compreensão por todo estresse e ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. Aos meus familiares, que tanto me incentivaram a não desistir dos meus sonhos. Ao professor orientador e pareceristas, pelas correções e ensinamentos que tanto somaram para meu desempenho.

## RESUMO

Nessa pesquisa demonstramos as relações de sentido entre o sofrimento psíquico no contexto das juventudes e a Educação Física no Ensino Médio. Propondo, a partir de sua psicologia histórico-cultural de Vygotsky que oferece contribuições para o campo de compreensão desta área, apresentando-as como sintomas de uma subjetividade organizada a partir da revolução econômica capitalista. Para ele, o sofrimento psíquico é também uma das respostas aos desafios que os sujeitos enfrentam quando submetidos ao processo produtivo. As juventudes, ciclo de aceite ou não desta imposição, são diretamente afetadas por esses sofrimentos psíquicos. Neste sentido, buscamos concluir através de uma análise e discussão do Novo Ensino Médio com o Documento *Curricular para Goiás* que é baseado na nova Lei do Ensino Médio e na BNCC, ambos por sua vez reformas de caráter neoliberais. O documento propõe um projeto educacional de qualidade, mas de qualidade delineada pelas empresas. Portanto, o objetivo deste trabalho é verificar como o ‘novo’ documento aborda a questão do sofrimento psíquico entre as populações juvenis no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Educação Física; Educação Progressista; Juventudes Psicologia; Sofrimento psíquico; “Novo Ensino Médio”.

## **ABSTRACT**

In this research we demonstrate the relationships of meaning between psychological suffering in the context of youth and Physical Education in High School. Proposing, based on Vygotsky's historical-cultural psychology, he offers contributions to the field of understanding this area, presenting them as symptoms of a subjectivity organized from the capitalist economic revolution. For him, psychological suffering is also one of the responses to the challenges that individuals face when subjected to the production process. Young people, whether they accept this imposition or not, are directly affected by these psychological sufferings. In this sense, we seek to conclude through an analysis and discussion of the New Secondary Education with the Curricular Document for Goiás, which is based on the new Secondary Education Law and the BNCC, both of which are neoliberal reforms. The document proposes a quality educational project, but of quality outlined by the companies. Therefore, the objective of this work is to verify how the “new” document addresses the issue of psychological distress among youth populations in the school environment.

**Keywords:** Physical Education; Progressive Education; Youth Psychology; Psychic suffering; “New High School”.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>Capítulo 1</b> .....	11
<b>PROCESSO HISTÓRICO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO</b> .....	11
<b>DEPRESSÃO</b> .....	16
<b>Capítulo 2</b> .....	19
<b>ESCOLA, ENSINO MÉDIO E SOFRIMENTO PSÍQUICO.</b> ....	19
<b>JUVENTUDES, TRABALHO E ESCOLA</b> .....	23
<b>PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA</b> .....	28
<b>Capítulo 3</b> .....	30
<b>A REFORMA “NOVO ENSINO MÉDIO” E O SOFRIMENTO</b> <b>PSÍQUICO</b> .....	30
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35

## 1 INTRODUÇÃO

O sofrimento psíquico não é algo único e exclusivo da contemporaneidade, mas cada período da história conviveu com esses sofrimentos e desenvolveu maneiras distintas de cuidado e apoio. A juventude tornou-se foco nos últimos tempos, fato que tem acarretado grande preocupação com a saúde mental, especialmente no âmbito escolar. Com a interconexão entre o sujeito e o ambiente em que ele vive, criou-se concepções para estudo e reflexão como a Psicologia Histórico-cultural.

À luz da Psicologia Histórico-cultural este fenômeno não é determinado pelo próprio indivíduo, ele é socialmente desenvolvido. Do mesmo modo, quando alguém apresenta algum sofrimento psíquico, não acometendo unicamente o sujeito, mas também aos familiares e as pessoas do convívio, estes conseqüentemente sofrem com a situação junto com o sujeito, sem entender os determinantes, normalmente não costumam agir conforme o necessário para a situação.

Durante o estágio obrigatório da Universidade, em uma escola situada no centro de Goiânia (Lyceu), encontramos diversos obstáculos desde o planejar até a execução das aulas. Encontramos uma juventude complexa e cheia de traumas que interferiam diretamente nas aulas, em alguns casos não havia a possibilidade de prosseguir com a prática corporal iniciada, pois em cada turma sempre possuía algum aluno ou aluna afirmando algum provável sofrimento psíquico.

Existem muitos fatores que levam ao desenvolvimento do sofrimento psíquico, dentre eles a pressão por se enquadrar no padrão de produção e consumo hegemônicos, ou seja, o normalmente o produto gera consumo, mas nessa perspectiva a empresa já produz consumidores antes mesmo da produção do produto. Nisto, um dos fatores que norteiam essa pesquisa visa agregar o pensamento de que o professor de Educação Física pode ser considerado um dos atores sociais que contribuem para a ressignificação de sentidos e significados que historicamente permeiam o corpo (LÜDORF, 2008).

Uma das concepções que fazem face ao que a Psicologia Histórico-cultural defende é a do Ensino Progressista. Essa abordagem afirma que no âmbito educacional a Educação Física representa uma das disciplinas dedicadas a promover uma visão crítica de fatores sociais, políticos e econômicos, indo muito além da visão precipitada de outras abordagens que a

limitam em esporte e rendimento. O foco está em tornar o aprendizado algo mais significativo e relevante aos alunos. Nessa mesma perspectiva, também está incluso o fato que a abordagem visa o desenvolvimento global dos alunos, bem como a compreensão sobre saúde, bem-estar, participação ativa etc. (FERREIRA E SAMPAIO, 2013).

Os estudos apontam que a maioria dos casos recorrentes de sofrimento psíquico começa a surgir por volta dos 14 anos de idade. Mais de 60%, destes são influenciados por situações originadas nos ambientes escolares (SOARES, 2003). Nesses casos o caráter econômico é decisivo, de acordo com um estudo realizado por Reynaldo Fernandes Abre com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Educação (MEC), os jovens de baixa renda, em sua maioria negros, são forçados precocemente ao mercado de trabalho formando um grupo de maior risco à evasão escolar. Existem jovens que a única solução é conciliar estudos e trabalho para auxiliar a família em casa ou abdicar dos estudos para ter onde morar e ter o que comer. Ou seja, em um determinado momento o jovem desenvolve desejos de ter algo, ir a algum lugar e ser de uma determinada maneira por conta do momento que vive e a influência midiática, por isso logo vê a necessidade de trabalhar. Uma pressão externa que gera no jovem uma pressão psicológica.

Os jovens estudantes aprendem desde o período de Ensino Fundamental e Médio que precisam ser economicamente ativos ou serão responsabilizados por suas escolhas, o que em muitos casos é interpretado pelos pais e pelas escolas como falta de esforço e iniciativa. Assim, a subjetividade juvenil, que se refere à forma como a juventude constrói e experimenta sua própria identidade, emoções, pensamentos e perspectivas de mundo. Trata-se de um período crucial de desenvolvimento, em que a juventude está explorando sua autonomia, estabelecendo relações interpessoais, descobrindo suas paixões e objetivos na vida.

É importante reconhecer que a subjetividade juvenil é diversa e variada, não podendo ser generalizada para todos os jovens. Cada indivíduo tem sua própria experiência subjetiva, ou seja, única. É diretamente influenciado por uma série de fatores pessoais, contextuais e socioculturais. Além disso, envolver os jovens como agentes ativos em suas próprias vidas e na construção de uma sociedade mais inclusiva e participativa. Contribui para o desenvolvimento de sua autonomia, autoestima, habilidades socioemocionais e capacidade de lidar com os desafios e oportunidades que encontram ao longo dessa fase de transição para a vida adulta.

O termo juventudes apresenta diferentes acepções. Em suma existem três termos semelhantes ao significado de juventudes, como os termos à puberdade e adolescência. Ao que



se refere a puberdade, de forma geral significa o início da maturidade sexual entre doze e vinte anos de idade marcados pelo aparecimento de acnes, pelos, menarca e muitas outras características biológicas. No que diz respeito à adolescência, apenas significa o período entre a infância e vida adulta e que possui uma conotação psicológica. Tratar como os sujeitos a partir da noção de juventude significa levar em conta a questão cultural e histórica que o indivíduo vivenciou e que resulta naquilo que ele é, ou seja, a capacidade de criar responsabilidade, independência, necessidade de provar sua autossuficiência e outros.

As juventudes que são acometidas pela depressão necessitam de uma rede de apoio que os compreenda para que possam se engajar e aprender na educação física escolar, pois segundo Assis (2003), trata-se de

[...] um período vulnerável à instalação da sintomatologia depressiva, já que é marcada por mudança e transição que afeta os aspectos físicos, sexuais, cognitivos e emocionais, caracterizando-se como a fase da reorganização emocional (ASSIS *et al* 2003).

Segundo Aires (1981) este pode ser o período mais complexo dentre a infância e a fase adulta, pode-se dizer que é quando se deixa a infância para trás e joga a velhice para frente. Por isso, devido ao grau de complexidade, essa fase passou a ser analisada, estudada e compreendida como um período turbulento, difícil e repleto de conflitos. (LEAL, 2010). As juventudes enfrentam a fase da extinção de velhos interesses, os infantis, do amadurecimento de novas atrações e da reestruturação biológica, com o amadurecimento sexual. De acordo com Anjos (2016) essa fase barca muito mais do que isso, ou seja, principalmente as mudanças nas situações sociais, complexidade da atividade escolar, aprofundamento das relações com os demais, crescente independência, novas exigências que os adultos fazem, aumento de suas responsabilidades e de suas possibilidades morais e volitivas.

A idade de transição caracteriza-se por novos interesses que determinam a estrutura da orientação da atividade do sujeito, que enfrenta uma revolução pessoal constante. No âmbito escolar é onde indivíduos que estão vivendo o mesmo ciclo se encontram e compartilham suas aflições, podendo potencializá-las ou não.

Atualmente surgiram muitas estratégias diferentes para contribuir com as estratégias afetivo-cognitivas (processo de aquisição de conhecimento) de ensino, visando acentuar a motivação do aluno, bem como modificar variáveis psicológicas (Boruchovitch, 1994; Hattie, Biggs & Purdie, 1996). As propostas curriculares englobadas na abordagem Progressista defendem uma Educação Física que seja um instrumento de problematização da realidade, na

perspectiva de politização dos/das estudantes sobre os conhecimentos historicamente construídos e da valorização do estudante como um ser de Cultura Corporal.

De acordo com Maciel e Maia (2021) a Saúde Coletiva concebe alternativas de como à Educação Física pode ser instrumentalizada como terapia para os casos de sofrimento psíquico, ou seja, possibilitando o cuidado da saúde mental por meio das práticas corporais no ambiente escolar, favorecendo a apropriação e reflexão crítica da realidade em que se encontram. A possibilidade do Ensino Progressista surgiu como uma tentativa de desconstruir o Ensino Tradicional, onde na Educação Física historicamente arrasta o tradicionalismo que se dá por meio dos esportes e principalmente com a lógica do ensino médio concebido principalmente pelo paradigma da busca de resultados. A “ Nova Educação Física Escolar”, que faz interface com o Ensino Progressista é aquela que reconhece o aluno como construtor de uma reflexão crítica sobre o mundo e sobre si mesmo, 'iluminam' a realidade em utopias de transformação social e individual. (FREIRE; SHOR, 2003).

Estas abordagens denominadas críticas ou progressistas sugerem a Educação Física na escola com um modelo de revelação das contradições e injustiças sociais, questionando o caráter de que o corpo não pensa, apenas seguem regras sem questioná-las, aceitando a alienação. Uma Educação Física compreendida apenas como prática corporal ou como esporte de rendimento, organizado a partir de uma abordagem mecanicista.

Portanto, o objetivo deste trabalho é verificar como a reforma “Novo Ensino Médio em Goiás, expressa no *Documento Curricular de Goiás etapa Ensino Médio*, especialmente no debate sobre Educação Física, aborda a questão do sofrimento psíquico entre as populações juvenis no ambiente escolar.

No documento são apresentadas as concepções político-pedagógicas que irão pautar a práxis educacional nas unidades escolares públicas e privadas de Goiás que ofertam Ensino Médio, considerando os conhecimentos historicamente construídos e acumulados por cada área do conhecimento, a autonomia das unidades escolares, os princípios legais que orientam a educação brasileira, bem como a valorização das diversas culturas, tradições, povos e territórios existentes no nosso estado.

O trabalho visa a partir da análise deste documento compreender de que maneira a Educação Física Escolar contribui no quesito saúde-doença, bem como analisar de que forma a Educação Física entra na relação de sofrimento psíquico e juventudes e se a partir da reforma “Novo Ensino Médio” existe a preocupação explícita com a questão do sofrimento psíquico. Para isso, utilizaremos o Materialismo Histórico-dialético, método no qual se dá a partir da

elaboração de Marx e Engels a partir do século XIX com a tentativa de romper com qualquer tradição idealista e seu objeto são as transformações econômicas e sociais estritamente determinadas pela evolução dos meios de produção.

O Materialismo dialético é considerado o corpo teórico que pensa a ciência da história (ALVES, 2010), interpretação da realidade, visão de mundo e práxis, buscando chegar a essência do objeto. Este método é o que irá permitir pensar o sujeito e suas particularidades como resultado dos fatores sociais que está inserido.

Quanto a metodologia, será utilizada a Pesquisa bibliográfica. A partir desse levantamento bibliográfico e análise documental será possível compreender como a questão do sofrimento psíquico aparece na discussão do documento e de modo especial, especialmente no item referente à Educação Física. Nesse sentido, discute-se nesse estudo de que maneira a reforma “Novo Ensino Médio em Goiás” enfrenta a questão do sofrimento psíquico nas populações juvenis.

O trabalho será dividido em capítulos. No 1º capítulo: Processo Histórico Do Sofrimento Psíquico, apresenta uma breve contextualização do que se trata o sofrimento psíquico, bem como o seu surgimento e a história que constitui o que há na contemporaneidade. Por meio da Psicologia Histórico Cultural enxergar a depressão como resultado de uma interação complexa entre o indivíduo e o ambiente em que ele vive.

No 2º capítulo: Escola, Ensino Médio e Sofrimento Psíquico contará com uma interconexão entre os termos, explicitando que o sofrimento psíquico é influenciado por diversos fatores, dentre eles a pressão acadêmica, expectativas sociais, bullying, transições, falta de acesso à recursos e outros. A fim de reconhecer que essa relação é única para cada indivíduo.

No 3º capítulo: A Reforma “Novo Ensino Médio” e o Sofrimento Psíquico está a pesquisa propriamente dita, contando com uma análise do *Documento Curricular de Goiás etapa Ensino Médio*, para compreender os debates sobre Educação Física e como é abordada a questão do sofrimento psíquico entre as populações juvenis no ambiente escolar.

## **CAPÍTULO 1**

### **PROCESSO HISTÓRICO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO**

O adoecimento psíquico possui uma ampla variedade de caráter polissêmico no discurso sobre a enfermidade, que podem utilizar certas concepções hermenêuticas. A palavra "Psicopatologia" é composta de três palavras gregas: "psychê", que produziu "psique", "psiquismo", "psíquico", "alma"; "pathos", que resultou em "paixão", "excesso", "passagem", "passividade", "sofrimento", "assujeitamento", "patológico" e "logos", que resultou em "lógica", "discurso", "narrativa", "conhecimento". Psico-patologia seria, então, um discurso, um saber, (logos) sobre a paixão, (pathos) da mente, da alma (psiquê). Ou seja, um discurso representativo a respeito do pathos psíquico; um discurso sobre o sofrimento psíquico; sobre o padecer psíquico. A psychê é alada; mas a direção que ela toma lhe é dada pelo pathos, pelas paixões. (CECARELLI, 2005. p. 01)

O termo loucura, configura-se em termo inespecífico que define comportamento absurdo ou quase sem sentido. Psíquico, relativo à esfera mental ou comportamental do indivíduo; psicológico, mental. Problema, tudo aquilo cuja resolução é difícil ou complicada. Todavia, em que pese a diferença entre sofrimento e transtorno psíquico, muitos são os estudos que os referem como sinônimos, sendo expressivas as prevalências evidenciadas tanto na literatura brasileira quanto internacional.

De acordo Ceccarelli (2005) desde a antiguidade há resquícios de uma humanidade que está acometida pelos sofrimentos psíquicos existentes, pode-se citar a Grécia pré-socrática como exemplo, onde entendia-se que este era um castigo dos deuses. Em Homero, a Atê turva temporariamente a razão, fazendo da loucura um estado de desrazão, enfoque mitológico-religioso. Já durante a era Cristã na Idade Média, o célebre médico romano Cláudio Galeno retoma e aprimora a teoria platônica das três almas, apresentando uma concepção bem mais embasada da "loucura", interpretando-a como uma possessão diabólica ou demoníaca.

Entretanto, de acordo com Figueiredo (2014) Hipócrates considera o desarranjo humoral como a causa do sofrimento psíquico, pensamento que prevaleceu em meio aos devaneios de possessão diabólica, redefinindo o que chamavam de loucura. Passou a ser redefinida somente após os séculos XV e XVI com os avanços da medicina e recuo das explicações religiosas, alienantes tidas como verdade absoluta, que os distúrbios psíquicos começaram a ser questionados cientificamente.

Logo, apenas no início do século XIX que o sofrimento psíquico (loucura) deixou de realmente ser visto como um fenômeno moral ou divino. Somente posteriormente que passou a ser considerado como uma enfermidade. O psiquiatra Francês Philippe Pinel, considerado pai da psiquiatria posteriormente, propôs a criação de uma instituição e de um novo modo para

tratar a loucura, o que posteriormente deu origem à psiquiatria como um campo próprio da ciência médica. A partir disto, abarcou-se também a criação dos manicômios ou asilos como espaços destinados ao “tratamento” da loucura através da prática da psiquiatria. Entre a segunda metade do século XIX e quase todo o século XX esse tipo de “tratamento” foi muito comum no Brasil.

Em 1852 foi fundado o primeiro hospital (hospício) no Rio de Janeiro, o Hospício São Pedro de Porto Alegre, hoje Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP). Este hospício tinha capacidade de abrigar cerca de 350 pessoas. No lugar não só alocavam pessoas com sofrimento psíquico como também pessoas que moravam nas ruas, órfãos, ex-esposas e até mulheres que de alguma forma incomodavam seus maridos infiéis. Essa não obrigatoriedade de ter alguma doença psíquica para ser internado significa que o encarceramento no manicômio era utilizado como um método de punir as pessoas e não como meio de tratamento científico para a doença mental. Os encarceramentos aconteciam em diversos locais, ditos como hospitais psiquiátricos, como uma espécie de política pública financiada pelo governo. (VIAPIANA, 2017 p. 33)

Portanto, uma visão distorcida de tratamento, ou seja, como algo punitivo e de segregação social ao invés de ciência, aconteciam os maus tratos, torturas e até perversidades. As chamadas terapias incluíam banhos frios, chicotadas, sangrias, eletrochoques e lobotomia, bem como os métodos organizacionais de enjaular e reclusão total. Além deste hospício de Pedro II, no mesmo ano foram inauguradas as colônias agrícolas São Bento e Conde Mesquita, os internos tinham que trabalhar para manter todos os custos do local, mesmo sendo palco de maus-tratos, violências e mortes, o tratamento (praxiterapia) em forma de trabalho dizia acalmar, disciplinar e tornar os loucos úteis e produtivos. (VIAPIANA, 2017 p. 39)

O movimento de Reforma Psiquiátrica teve início no Brasil no fim da década de 1970. De acordo com Zambenedetti e Silva (2008) essa reforma teve como objetivo mudar a realidade abusiva que acontecia nos centros manicomial, contra as violências e condições precárias de trabalho. Os tratamentos terapêuticos além das atrocidades citadas, também extrapolavam no uso de psicofármacos. Passou a ocorrer a inserção de profissionais multifuncionais, que atendiam diversos sujeitos com múltiplas deficiências, facilitando a entrada de profissionais da psicologia e implementações de ambulatórios, com movimentos preventivistas. Contudo, o modelo não apresentava consistência, resultando debates para encontrar a melhor solução, isto no I Encontro Nacional de Trabalhadores da Ciências humanas e Saúde Mental em 1987, cujo lema era “por uma sociedade sem manicômios”.

Neste evento defendia-se:

Eliminar os meios de contenção presentes no tratamento, reestabelecer a relação do indivíduo com seu próprio corpo, reconstruir o direito e a capacidade de uso da palavra e dos objetos pessoais, produzir relações, espaços de interlocução, restituir os direitos civis, eliminando a coação, as tutelas judiciais e o estatuto da periculosidade, reativando uma base de inserção para poder ter acesso aos intercâmbios sociais. (RAMMINGER, 2002, p. 115)

Apenas após mais de um século, essas práticas terapêuticas abusivas esbarraram na Constituição Federal de 1988 e a Reforma Psiquiátrica Brasileira impulsionou uma luta para o fechamento desses manicômios, proporcionando um atendimento humanizado, terapias etc.

O documento BRASIL (2005) destaca que:

Do ponto de vista histórico, podem-se considerar as décadas de 1980 e 1990 como períodos significativos para a consolidação da reforma psiquiátrica brasileira. Um divisor de águas desse período foi a realização da Conferência Regional para a Reestruturação da Assistência Psiquiátrica, realizada em Caracas em 1990, dela surgiu um importante documento para a Reforma: trata-se da Declaração de Caracas. Assinada pelos países da América Latina, inclusive o Brasil. Neste documento esses países comprometeram-se a incentivar e desenvolver políticas públicas que visem à reestruturação da assistência psiquiátrica. Um novo balanço das ações desenvolvidas a partir da declaração, foi realizado em 2005, através da Carta de Brasília, criada para avaliar os resultados obtidos a partir de 1990. Em seu primeiro Capítulo o documento coloca em linhas gerais do que se trata a Reforma Psiquiátrica.

Esse movimento influencia o surgimento de pensar o sofrimento psíquico em outra perspectiva, ou seja, a ideia de saúde. De acordo com Amarante (1995) acontece então uma reforma pautada na assistência da saúde mental, juntamente com a Reforma Sanitária e os princípios do SUS, que são: universalidade, humanização e equidade no lugar das práticas segregacionistas dispostas no encarceramento manicomial. Logo depois surgem os primeiros Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), abrigos, Centros de Convivência e Cultura, os leitos em Hospitais Gerais e as Oficinas Terapêuticas. Esses dispositivos têm como objetivo cuidar e dar atenção especial as pessoas com sofrimento mental.

A partir do materialismo histórico-dialético, Vygotsky realizou no início do século XX pesquisas afins de contribuir para o campo psicológico. O autor propunha uma psicologia que levava em conta os fatores externos (sociedade) na análise do sofrimento psíquico. Esse sofrimento para ele era também uma reação do indivíduo ao todo que a sociedade capitalista impõe.

O referido autor entende que o desenvolvimento é relativo em cada faixa etária, com lugares e significados diferenciados. Esse desenvolvimento psíquico é dependente das condições reais de vida e submetido a atividade principal. De acordo com Facci (2004) estudos de Leontiev afirma que em cada estágio de desenvolvimento da criança é caracterizado por uma relação determinada, a dita atividade principal, formando o relacionamento da criança com a realidade existente, mudam-se objetos, meio de produção do mesmo, realiza adaptações na

natureza, isto para suprir suas necessidades. Ou seja, a atividade principal é aquela que conecta as relações do indivíduo com a realidade a depender das mudanças psicológicas na personalidade. Conseqüentemente, as mudanças destas atividades principais causam crises aos indivíduos que mudam de uma faixa etária para outra.

É a partir desse novo contexto histórico que o cuidado com o sofrimento psíquico ganha um novo sentido no Brasil. Dos anos 90 em diante novos parâmetros passam a orientar o tratamento. Evidentemente como um dos pilares mais importantes para que o indivíduo seja de fato um ser saudável, como a própria Associação Brasileira de Saúde Coletiva afirma “não pode haver saúde sem saúde mental”. A Organização Mundial da Saúde (OMS), afirma que a saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade.

Deste modo, o sofrimento psíquico é configurado de diversas formas, mas geralmente caracterizados por uma combinação de pensamentos, percepções, emoções e comportamento anormais, que também podem afetar as relações com outras pessoas (Organização Panamericana de Saúde). Entre os transtornos mentais, cita-se a depressão, ansiedade, o transtorno afetivo bipolar, pânico, a esquizofrenia e outras psicoses, demência, deficiência intelectual e transtornos de desenvolvimento, incluindo o autismo (OMS).

Como aponta Dalgalarondo (2019),

A normalidade (sinônimo de não doença) não é apenas a ausência de doença, mas também as construções sociais associadas à doença, os significados derivados dos sintomas e a cultura que inclui conceitos exemplares formados pelo conceito de conhecimento necessário para a cultura é característico. Em um estudo esquemático, por exemplo, a febre pode ser um sinal de infecção e a fala muito rápida e fluente pode ser um sinal/sinal de mania.

Isto é, normalmente as doenças podem ser reconhecidas por uma característica em questão, mas o sofrimento psíquico muitas vezes não. Nem sempre há uma característica própria da depressão, por exemplo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 10% a 20% da juventude vivenciam problemas de saúde mental. Segundo a Organização, metade de todos os sofrimentos psíquicos se iniciam por volta dos 12 anos.

Um dos fatores de agravamento dos quadros psíquicos é a ignorância e o preconceito. Existe também o fato de os familiares não conseguirem entender os transtornos mentais para além do senso comum ou de estereótipos. O senso comum utilizado pelos pais, através do que a mídia produz, formando uma ideologia, comumente interpretam “sintomas” de depressão como frescura. Conforme Rosenberg (1991, 4, p. 95) “[...] isso, muitas vezes aliado ao exercício da ignorância que caracteriza o processo imaginário”.

Existem muitas maneiras de análise dos transtornos psíquicos, mas a psicologia histórico-cultural juntamente com o materialismo dialético e sua teoria do reflexo, nos leva a compreender o sujeito com Transtornos psicológicos como um espelho que reflete os fenômenos da realidade na consciência, orientando-a. Significa que, quando o sujeito passa por uma experiência, esse movimento provoca nele mudanças no modo de pensar, agir e sentir. Embora os problemas de saúde psíquica existam e precisam de um tratamento especial, é preciso ter cuidado para não rotular como doente mental como simplesmente alguém que está apenas vivendo de forma passageira aquele momento, pois a vida tem de tudo: amor, tristeza, mau humor, agressividade, alegria, saudade, ansiedade, medo do perigo, orgulho, inveja, ciúmes, vergonha, desejos, dúvidas, frustrações, expectativas e muitos outros sentimentos.

A vida é um processo dinâmico, as pessoas mudam constantemente, o contexto muda amanhã ou hoje mesmo. E assim, precisamos abdicar da perspectiva de atribuir rótulos às pessoas, pois o universo de saúde psíquica é muito amplo. Existem diversos tipos de sofrimentos psíquicos no mundo, mas a depressão lidera o ranking de acordo com a OMS não só no Brasil, mas na Austrália, Estônia, Ucrânia e outros países.

### **3.1 DEPRESSÃO**

A história da depressão não é linear, nas diferentes culturas e períodos históricos tiveram diferentes concepções e explicações para esta condição. Além disso vale ressaltar que a compreensão acerca da depressão possui variantes da perspectiva cultural, social e científica. A compreensão da depressão de acordo com a Psicologia Histórico Cultural está enraizada nas teorias de Lev Vygotsky e seus sucessores. Embora a psicologia histórico cultural não centralize seus estudos unicamente na depressão, seus princípios buscam fornecer bases para entender este fenômeno como resultado de fatores sociais, culturais e históricos que podem influenciar o desenvolvimento e a experiência emocional, incluindo a depressão.

De acordo a Viapiana (2017) as mudanças históricas desmitificam a definição que se tem sobre depressão na contemporaneidade, colocada como desenvolvida e moderna, pois as concepções são geradas com relação ao momento histórico. Na antiguidade nas culturas gregas e romanas existia o reconhecimento aos distúrbios emocionais e mentais, mas acreditava-se que o termo “melancolia” que de Hipócrates descrevia o estado de tristeza intensa. O uso desse termo para estabelecer relação com a depressão, de acordo com Viapiana (2017) é possivelmente o termo mais antigo, encontrado até mesmo nos registros bíblicos. A melancolia era



categorizada em dois tipos, os que não podiam ser explicados pelo contexto histórico e cultural do sujeito e a outra que aconteciam por que um amigo querido havia falecido, em intensidades e durações atípicas.

Logo, durante a idade média, a explicação para compreensão da depressão envolvia aspectos religiosos e espirituais, a melancolia era uma possível influencia demoníaca. Segundo Vipiana (2017) posteriormente no século 19 e 20 a psicologia moderna começou a surgir e a visão da depressão evoluiu da abordagem centrada no corpo para uma abordagem mais psicológica. Partindo deste período histórico, a melancolia se configurou no termo depressão e começou a surgir várias correntes de estudo. Nisto, de acordo com Ferreira e Tourinho (2016) chegando até a atualidade, cujo a compreensão da depressão é multifacetada, ou seja, abrange fatores biológicos, psicológicos e sociais. O movimento de desenvolvimento de pesquisa sobre a depressão não estagnou, ele continua a avançar.

Apesar das outras concepções da psicologia trabalhar com a hipótese de que este sofrimento psíquico é constituído por milhares de características, ou interação de uma ou mais resultantes, podendo ser caracterizada como um transtorno de humor, existem quatro conjuntos de sintomas comuns. Além dos sintomas emocionais (tristeza, perda de prazer) existem sintomas cognitivos (visão negativa de si mesmo, desesperança, enfraquecimento da concentração e memória), motivacionais (passividade, falta de iniciativa e de persistência) e físicos (mudança do apetite e sono, fadiga, aumento de dores e mal-estar nas atividades). Vale ressaltar que o foco da concepção histórico cultural não é apenas entender esses sintomas de forma isolada, mas como parte de um sistema amplo de interações.

Partindo do princípio da Psicologia Histórico-Cultural de que o desenvolvimento cultural não supõe identidade entre a instância biológica e cultural, mas sim um processo no qual o cultural supera por incorporação o biológico, tem-se que o aspecto cultural é o fundamento ontológico do ser social (SILVA E TULESKI, 2015). Segundo a Organização Mundial de Saúde (2010), a depressão é um dos mais sérios problemas de Saúde Pública no século XXI, a recorrência desse sofrimento psíquico acomete cerca de 300 milhões de pessoas no mundo. Uma pesquisa recente (2023) da BBC News realizada por Fernanda Paul, mostra que o problema é global e afeta duramente a América Latina, onde, segundo as estimativas mais recentes do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), braço da ONU para a infância, quase 16 milhões de jovens entre 10 e 19 anos têm algum transtorno mental. Isso equivale a 15% das pessoas dessa faixa etária.

De acordo com Vipiana, a tentativa de classificar em tipos os sofrimentos psíquicos surgiu no início do século 20 para que houvesse uma maneira de registrar os sujeitos hospitalizados. Houve a partir disso, a criação da DSM (Manual Estatístico de Transtornos

Mentais) que incluem casos que patologicamente são classificados em menos graves, posteriormente influenciado por uma abordagem que não se centralizava nos aspectos biológicos. Ao passar dos anos as edições obtiveram mínimas alterações, passando até mesmo a regredir a definição de depressão e reduzi-la a reação desproporcional.

Neste período histórico os pesquisadores se centravam na maneira que se manifestavam os sintomas desconsiderando a duração e progressão, bem como o contexto que surgiam esses determinados sintomas. Esse modo, no qual utiliza-se a tentativa de enquadrar o sofrimento psíquico em características preestabelecidas contribuiu para que não houvesse um diagnóstico correto, muitos casos enquadrados como depressivos, mas nem sempre de maneira correta e de acordo com a realidade.

Dez anos após, em 1950 com a chegada dos remédios que prometiam auxiliar com substâncias neurotransmissoras a comunicação entre os neurônios, passou a se pensar o transtorno depressivo a partir de causas biológicas, realizando até mesmo um possível medicamento auxiliador, partindo da hipótese de um hormônio responsável pela depressão. Exemplo disto é o inibidor da serotonina (possível neurotransmissor responsável pelo surgimento de sintomas depressivos), pode resultar em alterações de humor que demoram dias para voltar, impactando diretamente no desenvolvimento de socialização do paciente

Utilizar a terminologia sofrimento psíquico para indicar a depressão propõe a superação da psicologia que visa a medicalização, que individualizam os diagnósticos e conseqüentemente os tratamentos. De acordo com Almeida o uso dessa nova terminologia também busca transpor ao que se pensava antes, o sujeito como único responsável pelo sofrimento que o causava. Historicamente a depressão possui raízes manicomiais, onde o indivíduo já nascia louco, essa concepção impacta diretamente em como as pessoas no século 21 lidam com esse sofrimento psíquico. Na realidade, qualquer um está suscetível a este mal, uma vez que há uma relação forte com a maneira com que o sujeito vive, as condições materiais, sociais, culturais e políticas. É necessário que haja a superação da concepção biologizante e culpabilização do sujeito por conta da sua condição.

## **CAPÍTULO 2**

### **ESCOLA, ENSINO MÉDIO E SOFRIMENTO PSÍQUICO.**

A realidade educacional brasileira aponta para a necessidade de repensar a educação escolar das juventudes e do ensino médio, mas é necessário compreender qual o caminho percorremos para chegar até aqui. As concepções de ensino médio foram sendo transformadas juntamente com as mudanças sociais, econômicas e culturais. Portanto, desde 1909 o ensino primário é uma das responsabilidades do Estado, embora fosse público, a verdade é que este

espaço era um lugar para poucos, ou seja, apenas a elite. No entanto, após 1932 houve uma mudança nessa realidade e aqueles que conseguiam se firmar no ensino primário, filhos de trabalhadores rurais e o povo não elitizado, estes poderiam ter acesso à uma das vertentes do ensino.

De acordo com Araújo (2019) o ensino médio havia uma dualidade no qual uma parte da oferta era de um ensino “secundário-superior” para elites e “primária-profissional” para as classes trabalhadoras, ou seja, os cursos profissionalizantes voltados para mão de obra e/ou processo de produção. As transformações econômicas no Brasil dependentes do capitalismo foram grandes indutoras para essas mudanças educacionais, ou seja, como estratégia de produção para o desenvolvimento do país.

As observações de Kuenzer (1985) evidenciam a dualidade educacional resultante da divisão social do trabalho. Pouco destacam a diferenciação escolar (ou formativa), apesar de considerar a diferenciação das qualificações demandadas aos trabalhadores, resultante da forte hierarquização das funções, próprias do período taylorista em que observou a vida de uma fábrica (ARAÚJO, 2019 p 32).

Após o decreto (19.890/31) consolidando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.244/42 que dividiu o ensino escolar em duas fases: ginásio (4 anos) e colegial (3 anos), o que aparentemente fica explícito é que essa divisão foi apenas mais um meio específico para selecionar os jovens pobres, a fim de dificultar a integração dessa camada desfavorecida. Apenas pós 1990 é que alunos marcados pelo contexto da desigualdade começaram de fato a serem inseridos no ensino médio das escolas públicas. Esses alunos trouxeram consigo um universo de conflitos internos. A condição juvenil atual encontra-se em um processo de reconstrução, há um novo modo de ser jovem.

A escola deve acompanhar, se adaptar e ser capaz de conceder as respostas aos desafios e interrogações causadas por esse período. A partir desse momento, inúmeras situações históricas aconteceram até que chegasse no ensino da contemporaneidade, mas os resquícios desses acontecimentos estão presentes ainda hoje no ambiente escolar em forma de evasão, fracassos e trabalho irregular, aquele que é prestado em desacordo com as normas de proteção trabalhista.

Neste caso, as juventudes que estão nas escolas públicas, podem ser pessoas pobres, residentes de áreas periféricas, indivíduos que enfrentam inúmeros desafios na vida, aqueles que a partir do ensino público abrangem suas oportunidades visando o sistema de cotas e etc. A escola ocupa um papel muito importante para a sociabilidade, podendo até preencher uma

lacuna de outros quesitos que faltam quando não há condições financeiras favoráveis e/ou espaços destinados para isso, como por exemplo o lazer.

Para a compreensão desses jovens, é necessário levar em conta as transformações socioculturais e as transformações no mundo do trabalho. No Brasil, as mudanças para a inserção do jovem no mercado de trabalho acontecem para que eles tenham o mínimo da vivência juvenil necessária, ou seja, lazer, moradia, consumo e outros. A história da educação brasileira é caracterizada pela função de formar trabalhadores, juntamente com a educação profissionalizante, que automaticamente era e é destinada de acordo com a intencionalidade e objetivo de cada um.

No entanto, mesmo com tantas possibilidades criadas pelo estado o ensino não alcança todos. No Brasil, de acordo com o UNICEF (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância) estima-se que quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória estavam fora da escola em 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). A maioria nas faixas etárias de 15 a 17 anos, idade na qual todos deveriam estar cursando o Ensino Médio. Esse dado permite pensarmos que de 1932 até a contemporaneidade, mesmo com as inúmeras transformações históricas, ainda está bem distante a possibilidade de acesso à educação. Os sobreviventes devem conciliar estudo, trabalho e vida social sem opção de recuar ou estagnar.

Existem muitos indicadores por trás da fuga escolar, seja porque trabalha ou está procurando trabalho, não tem escola na localidade ou fica distante, por gravidez, por ter que realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência, distorção de série-idade esses e outros inúmeros motivos, aprofundando a exclusão dos jovens em situação de maior vulnerabilidade. Mesmo assim, aqueles que conseguem se formar no ensino médio não dão continuidade aos estudos, ou seja, continuidade com o ingresso nas universidades, por conta da necessidade de trabalho. É neste cenário que o governo dá o incentivo com os cursos profissionalizantes, beneficiando aqueles que necessitam, gerando “qualificação” para aqueles que de forma imediata precisam trabalhar e esta é a única opção válida.

Essa realidade leva o indivíduo a desenvolver um método de sobrevivência, não aquilo que realmente importa para o desenvolvimento intelectual. Cada época histórica corresponde a um tipo de homem, um tipo de desenvolvimento. O período de ensino escolar no qual o indivíduo é inserido é de grande importância na vida de crianças e jovens, pois é um espaço que viabiliza conhecimentos que são produzidos por várias ciências, bem como é somatório para o

processo de socialização com indivíduos diferentes, podendo causar um impacto favorável ou não. Numa sociedade regida pelo capitalismo e ser pertencente a classe trabalhadora torna o caminho estreito, as bases das relações se tornam por conta das necessidades impostas, o desenvolvimento é relativamente o mesmo.

As juventudes são um grupo carente e necessitam de atenção especial, após sair da infância esse período apresenta muitas pressões e exigências e uma delas é a de ‘ ser alguém na vida’ chega e atormenta de forma incessante. A Psicologia Histórico cultural explica que ‘ O homem é o resultado de sua relação com o mundo que o rodeia durante toda a vida’ (Barbosa, 2018. p. 3), por isso fatores como estes não tem como serem evitados. É nesta fase que pode acontecer a estruturação do sofrimento psíquico.

No Brasil, segundo o relatório Situação Mundial da Infância 2021, estima-se que quase um em cada seis meninas e meninos entre 10 e 19 anos de idade no Brasil viva com algum transtorno mental, sendo este o grupo mais exposto ao risco de automutilações, depressão e suicídio. Mas o problema não é o ensino médio e sim a alternância do contexto geral que acontece nesta faixa etária como: mudanças físicas, amadurecimento das ideias para o futuro, responsabilidades e muitos vários outros, juntos causando esse meio de defesa. Acredita-se que é de suma importância a necessidade de escolha profissional, porque o indivíduo terá que idealizar o seu futuro de acordo com suas próprias noções de mundo, considerando-se o contexto de incerteza no qual vivemos.

Os problemas no ambiente escolar podem contribuir para o sofrimento psíquico e conseqüentemente para o baixo rendimento escolar

Essa tendência de relacionar fracassos na aprendizagem a problemas afetivos tem suscitado estudos na interface da Psicologia com a Educação levando alguns autores (COLLARES; MOYSÉS, 1996; MEIRA, 2003; PATTO, 1999, 2000; SOUZA, 1997, 2007) a problematizar a concepção corrente entre educadores e psicólogos de que problemas emocionais determinam o não-aprendizado na escola. (GOMES E MELLO, 2010)

Um grande exemplo de problema escolar é o bullying<sup>1</sup>, que abrange uma esfera de significados, mas que dentre eles estão a ofensa, agressão, opressão etc. com a intenção de afetar aquela vítima. O bullying não se limita a classe social, raça e poder aquisitivo, significando que pode acontecer com qualquer um e de forma silenciosa ou explícita. Infelizmente esse mal deixa sequelas físicas e psicológica, que podem ser permanentes. Alguns estudos indicam que “236

---

<sup>1</sup> O *bullying*, também chamado de intimidação sistemática, é “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”, conforme definido pela Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). (Ministério Da Educação, 2018)

mil casos de bullying ocorreram no Brasil devido aos transtornos mentais não prevenidos ou tratados”. (JORNAL DA UNIVERSIDADE/UFRGS, s/p)

A carga horária extensa, as altas expectativas de desempenho acadêmico impostas pelos sistemas educacionais, instituições de ensino, familiares e até mesmo pelos próprios estudantes podem gerar uma pressão intensa, bem como a competitividade a busca constante por notas altas, classificações superiores e oportunidades limitadas podendo criar um ambiente de competição intenso, onde os estudantes se sentem constantemente pressionados a se destacar e superar uns aos outros. Isso pode resultar em uma carga emocional significativa, afetando negativamente o bem-estar mental dos estudantes, contribuindo para o estresse e a pressão psicológica dos estudantes.

Pode-se afirmar que as sequelas psicológicas se agravam ainda mais por conta da fase transitória, onde há uma prevalência da baixa autoestima, gerando em casos mais graves o suicídio. Nesse público, os sofrimentos psíquicos podem estar associados a idealização de suicídio como consequência a depressão, ansiedade e insegurança. O medo do julgamento social ou da discriminação pode levar os jovens a esconderem seus problemas ou a não buscar ajuda profissional. Esse público pertencente ao que chamamos de juventudes, na maioria das vezes depende de alguém, seja dos pais, responsáveis, professores e outros que tentem compreendê-los e os ajudem a lidar com aquilo que estão enfrentando.

A escola é um agente fundamental na vida das juventudes, pois é ela que fica responsável por promover competências sociais de interação. Depois da família a escola ocupa o papel de formar o sujeito. É neste espaço que as juventudes, em sua trajetória, criam e utilizam diversas formas de comunicação, entre si mesmos e com a sociedade, isto com o uso de músicas, danças, corpo, com o visual, interações em formas de lazer e várias outras maneiras distintas. Em relação a saúde mental dos sujeitos, estima-se que os problemas mentais surgem pela incapacidade de lidar com a demanda do mundo externo, mas acontece que muitos romantizam o espaço escolar, colocando-o, equivocadamente, como um espaço de superação dos preconceitos,

De certa forma, o ambiente escolar é um espaço com ausência de limites e um aglomerado de pessoas que se expressam de maneiras distintas, espaço de violências, negações e pressões imensuráveis. Romantizar significa dizer que o espaço escolar não é uma maneira de moldar o indivíduo com a mera narrativa de socialização para o tornar mero reproduzidor dos discursos históricos, econômicos, sociais e sobre a diversidade humana. Isto é, ignorar o fato que se deve priorizar o desenvolvimento psíquico, ofertando apoio a juventudes com a conquista

de confiança, empatia, autoestima e autonomia. Acredita-se que uma das grandes preocupações para os gestores escolares é que os conteúdos e disciplinas tenham sentido para os estudantes aprenderem. A categoria de atividade é central para o desenvolvimento das juventudes, sendo que esse desenvolvimento pode e deve ser organizado e direcionado pela educação e pela escola. Embora as funções psíquicas tenham uma existência objetiva que transcenda a especificidade das disciplinas na escola que lhes deram origem, elas só existem de determinada maneira devido as contribuições específicas de cada disciplina.

As juventudes devem sempre estarem ativas no processo de sua formação, desempenhando uma atividade, ou seja, alguma atividade social, no qual permita a reprodução de traços acumulados nos objetos e fenômenos que irá se apropriar. A atividade social das juventudes é o processo no qual elas se relacionam com o mundo humano e criam necessidades de superação que guiam suas condutas e dá sentido àquilo que faz.

## **JUVENTUDES, TRABALHO E ESCOLA**

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, elaboradas em 2012 e pautadas na criticidade, afirmam que o Ensino Médio deve conceber a juventude como sujeito ativo no processo educativo, além de destacar a importância de abordar temas como desigualdade social, discriminação, violência, meio ambiente, entre outros, de forma a estimular nos estudantes o pensamento crítico e a consciência social. Além disso, essas diretrizes também valorizam a interdisciplinaridade, ou seja, a integração de diferentes áreas do conhecimento para uma compreensão mais ampla e contextualizada dos temas abordados.

É fundamental que a escola se reinvente para que isso ocorra. O aluno deve ser capaz de desenvolver o pensamento crítico e a autonomia, de elaborar suas próprias interpretações da realidade. As juventudes são constantemente acoçadas pelo mundo adulto. Em geral não são levadas a sério. A tendência é que isso aconteça até mesmo na escola. Há muitos preconceitos com os jovens. O momento da juventude não é um momento diminuído em querer ou ter que “ser adulto”, negando as vivências e sendo apenas uma esperança daquilo que ainda não é.

Afinal, o que são juventudes? Juventudes são grupos de indivíduos que compartilham características e experiências similares durante um determinado período de suas vidas. O termo juventude se centraliza nos aspectos sociais e históricos do sujeito, compreendido para além do fator biológico e sim pela construção de uma categoria socialmente e historicamente produzida.



O Ensino Médio é um local no qual se reproduz a problemática do jovem. As juventudes inseridas no Ensino Médio representam um grupo diverso e heterogêneo, composto por indivíduos em uma fase crucial de transição.

Nesse período, os jovens enfrentam uma série de desafios e vivenciam transformações em diferentes aspectos de suas vidas. Os jovens estão passando por transformações pessoais e emocionais. Eles estão desenvolvendo sua identidade, explorando suas paixões e interesses, e estabelecendo relações sociais mais complexas. É um momento em que eles estão se descobrindo e moldando sua visão de mundo.

O Ensino Médio é uma etapa fundamental na formação dos jovens, pois além de proporcionar o acesso ao conhecimento, também desempenha um papel importante na construção da identidade. Um dos desafios enfrentados pelas juventudes no Ensino Médio está relacionado à construção da identidade. Nessa fase, os jovens buscam compreender quem são, quais são seus interesses, valores e projetos de vida. Essa busca pela identidade pode ser influenciada por diversos fatores, como as expectativas familiares, as pressões sociais e as experiências vividas no ambiente escolar. Vale ressaltar que as experiências e vivências desses jovens no Ensino Médio podem variar significativamente de acordo com fatores como classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, entre outros.

Existem aqueles que vivem o Ensino Médio como um processo pré universidade e aqueles que passam pelo Ensino Médio, mas precisam conciliar com o trabalho. O trabalho faz parte de um universo que está inserido nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2012 tradicionais, afirmando a necessidade de preparação do jovem para o trabalho e cidadania, a escola realiza um trabalho conjunto para alimentar o capitalismo. O sujeito cresce acreditando que para ser alguém realizado deve então trabalhar, ser útil. É importante lembrar que a educação é uma instituição social e está inserida em um contexto político e econômico mais amplo.

Há críticas de que o sistema educacional, no atual Ensino Médio, prioriza o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o mercado de trabalho, em detrimento de uma formação mais ampla e crítica. Essa abordagem pode reforçar a lógica do capitalismo, que valoriza a produtividade e a competitividade em detrimento de outros aspectos fundamentais da vida humana. O trabalho humano está constantemente se modificando, assim como as formas de trabalho, instrumentos, as relações sociais e outros. Neste modo de produção capitalista, remunera-se o trabalho realizado, ou seja, como uma moeda de troca e ganhando a

vida com o suor do próprio rosto, como cita Maria Carla Corrochano no livro *Jovens No Ensino Médio*.

Existem muitas formas de trabalho que estão inseridas na vida das juventudes, como o trabalho voluntário, cooperativo, de cuidado e outros. Infelizmente, isso significa aceitar um trabalho incerto, pois nem sempre há a regularização dessa relação, tornando o trabalho jovem desigual, diverso e muitas vezes confuso. A partir da década de 1980 no Brasil de acordo com Corrochand, houve crescimento no setor de serviços, especialmente em áreas como comércio, turismo, tecnologia da informação e serviços pessoais. Além disso, a expansão do setor de serviços também resultou em uma demanda por mão de obra qualificada, o que incentivou muitos jovens a buscar formação técnica ou profissionalizante. Além disso, as novas formas de trabalho, como o trabalho autônomo, o empreendedorismo e o trabalho remoto, como novas formas de superexploração de mais valia.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar dessas ‘oportunidades’, muitos jovens ainda enfrentam dificuldades para entrar no mercado de trabalho devido à falta de experiência, baixa qualificação ou falta de oportunidades em determinadas regiões do país. Em muitos casos, para manter o emprego deve ser aceito péssimas condições dos empregadores, bem como salário mais baixo que o comum, jornadas de trabalho que extrapolam as oito horas diárias e várias outras condições de grande intensidade. Alguns locais agem em desacordo com as leis trabalhistas e nem mesmo remuneram os jovens, afirmando ser teste de capacidade.

Diante disto, podemos afirmar que para alguns durante o Ensino Médio é um momento de grandes preocupações, pois a inserção no mercado de trabalho não é fácil, assim como a necessidade de conciliação entre os estudos e trabalho é pior ainda. Encontra-se muita diversidade na realidade juvenil, adentrar o mercado de trabalho de modo precoce, além de encurtar a juventude, também compromete a qualidade da formação. Essa inserção precoce se deve pela necessidade de seguir a função moralista do trabalho, onde ainda se acredita que o trabalho dignifica o homem. Além do gênero, quando se é homem os familiares o pressionam para trabalhar e outros milhares de motivos. A partir do trabalho também há a busca pela independência, permitindo que esses jovens tenham acesso ao ‘mundo’.

De acordo com grande preocupação é com as múltiplas experiências escolares, que esses jovens possam deixar de ter, caso priorizem o trabalho. No entanto, é importante ressaltar que a escola tem o potencial de ser um espaço de reflexão crítica e de promoção de valores como a igualdade, a solidariedade e a justiça social. Através de práticas pedagógicas que estimulem o

pensamento crítico, o diálogo e a participação ativa dos estudantes, é possível criar um ambiente educacional que vá além da mera reprodução do sistema capitalista.

No que diz respeito ao processo de aprendizagem, a Psicologia Histórico-Cultural destaca a importância da interação social e da mediação para a construção do conhecimento. Nesse sentido, é fundamental que o ambiente escolar proporcione oportunidades para que os jovens possam dialogar, trocar experiências e construir conhecimento de forma colaborativa. Além disso, é importante que o currículo escolar aborde temas relevantes para a realidade dos jovens e promova uma educação crítica, que estimule a reflexão e a transformação social. As expressões ligadas a corporeidade por exemplo, por muito tempo foram manifestações do corpo depreciadas com o objetivo de educar os corpos com regras e limites.

A dança é uma grande amostra de que através da musicalidade e movimentos corporais, pode-se promover a expressão dos jovens, principalmente os sentimentos e emoções, além da aprendizagem e comunicação, por isso deve ser valorizada. Os jovens produzem suas próprias representações no meio social e cultural, basta serem valorizados e potencializados no ambiente escolar. Muitas vezes as experiências juvenis devem ser reconhecidas em seus sentidos próprios, ou seja, apropriados e conectados aos conteúdos educacionais. Ao conectar os conteúdos educacionais às vivências e interesses dos estudantes, é possível tornar o processo de aprendizagem mais atrativo e relevante para eles. Cada estudante traz consigo uma bagagem única de vivências, culturas e perspectivas, e é importante que essas diferenças sejam acolhidas e incorporadas no ambiente escolar.

De acordo com a Psicologia Histórico-Cultural, é de suma importância a mediação do professor na construção do conhecimento e no desenvolvimento emocional dos estudantes. Nesse sentido, é fundamental, principalmente que os professores de Educação Física sejam sensíveis às necessidades emocionais dos jovens, oferecendo suporte e orientação adequados, além de promover um ambiente de diálogo e escuta ativa. Ao promover atividades físicas, jogos e esportes de forma participativa e prazerosa, a disciplina pode ser um espaço importante para o desenvolvimento emocional e social dos jovens, contribuindo para a prevenção e o enfrentamento da depressão na escola. Além disso, ao valorizar e potencializar as representações dos jovens, a escola também está fortalecendo a autoestima e a confiança dos estudantes, incentivando-os a se expressarem e a se sentirem parte ativa do processo educativo. Isso pode ter um impacto positivo na motivação e no engajamento dos jovens com os estudos, contribuindo para um aprendizado mais significativo e duradouro.

## **PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA**

A Pedagogia Histórico Crítica possui um enfoque metodológico onde o professor orienta estudos sobre as práticas sociais, podendo gerar a capacidade no sujeito de interpretar, compreender e explicar a determinada prática. O intuito é desenvolver no aluno um significado e intencionalidade no conteúdo estudado. Além disso, os conhecimentos que os alunos já possuem sobre os fenômenos já vivenciados fora do ambiente escolar são valorizados, uma vez que a realidade de cada um é um fator importante na construção de saber.

A Abordagem Crítico Superadora tem como base os princípios da Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos. A origem da Abordagem Crítico-Superadora está relacionada ao movimento da Pedagogia Crítica, que teve como principais influências os pensadores Paulo Freire e Henry Giroux a partir de 1980, retratada posteriormente na obra “Metodologia do Ensino de Educação Física”, publicada em 1992, por um grupo de pesquisadores, tradicionalmente, denominados por Coletivo de autores composto por: Carmem Lúcia Soares, Celi Nelza Zülke Taffarel, Elizabeth Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht..

A proposta é buscar superar as contradições presentes na sociedade e na escola, promovendo uma educação que vá além da mera transmissão de conhecimentos e que contribua para a formação de cidadãos críticos e transformadores. Segundo Saviani (2013), essa pedagogia propõe uma educação voltada para a formação integral dos estudantes, considerando não apenas o aspecto cognitivo, mas também o social, emocional e ético. A interdisciplinaridade é uma característica importante da Abordagem Crítico Superadora, e tem sido discutida por vários autores. Fazenda (1998) destaca que a interdisciplinaridade permite que os estudantes compreendam a realidade de forma mais ampla, relacionando diferentes áreas do conhecimento. A problematização é outra estratégia pedagógica central na Abordagem Crítico Superadora, e foi alvo de discussão e pesquisa por autores como Paulo Freire. Segundo Freire (2011), a problematização é um processo de desvelamento da realidade, que permite aos estudantes questionar, refletir e buscar soluções para os problemas que enfrentam em seu cotidiano. A aplicação da Abordagem Crítico Superadora requer uma reestruturação do currículo, essa abordagem busca romper com a pedagogia tradicional, ou seja, o professor desempenha um papel central como principal fonte de conhecimento e autoridade na sala de aula.

O ensino é frequentemente baseado em aulas expositivas, onde o professor transmite informações aos alunos e a ênfase recai frequentemente na memorização de fatos. Uma pedagogia tradicional muitas vezes envolve uma abordagem padronizada para o ensino, com todos os alunos passando pelos mesmos materiais e currículo, independentemente de suas habilidades, interesses ou estilos de aprendizagem individuais. Na sala possui uma estrutura hierárquica, com o professor exercendo autoridade e controle sobre os alunos.

Essa abordagem foi desenvolvida por autores como Libâneo (2013), segundo o autor, a reestruturação curricular deve levar em conta as necessidades e interesses dos estudantes, e buscar uma integração entre os conteúdos curriculares. Além disso, essa abordagem contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes, preparados para atuarem de forma transformadora na sociedade. Além disso, a Abordagem Crítico-Superadora também valoriza a diversidade e a inclusão, reconhecendo a importância de considerar as diferenças individuais e culturais dos alunos. Ela propõe uma educação que seja capaz de promover a igualdade e a justiça social, combatendo as desigualdades e as injustiças presentes na sociedade.

Na Educação Física, essa abordagem terá como intuito ir além do esporte de rendimento e estereotipação dos corpos que ocorria e ainda ocorre através da Educação Física desde a década de 30. Buscando promover uma educação física mais ampla, crítica e transformadora. Embora o esporte seja um conteúdo trabalhado na abordagem, ele não é o único e nem o principal foco, através das novas práticas inovadoras o conteúdo é inserido em forma de reflexões críticas sobre a cultura corporal, questionando os valores, as práticas e as relações de poder presentes nessa área do conhecimento.

A Abordagem Crítico-Superadora e a Pedagogia Histórico Crítica têm uma relação estreita, pois ambas buscam promover uma educação crítica, participativa e transformadora. No entanto, a Abordagem Crítico-Superadora também apresenta algumas especificidades em relação à Pedagogia Histórico Cultural. Enquanto a Pedagogia Histórico Crítica tem uma abordagem mais ampla, que busca analisar as estruturas de poder presentes na sociedade e na educação, a Abordagem Crítico-Superadora tem um foco mais específico na educação física e ensino das práticas corporais, buscando superar as contradições presentes nesses campos e promover uma educação mais crítica e transformadora.

Os aspectos sociais, emocionais e éticos considerados por Saviani entra em total conexão com a abordagem da Psicologia Histórico Cultural. A compreensão dessas vivências a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural pode contribuir para a promoção de uma educação mais inclusiva, que valorize as experiências e necessidades dos jovens, estimulando seu

desenvolvimento integral e sua capacidade de transformação social. Ambas as abordagens valorizam a importância do contexto social e histórico na formação do indivíduo e na sua aprendizagem. Além disso, ambas destacam a importância da mediação na aprendizagem, ou seja, a necessidade de um mediador (como um professor) para ajudar o aluno a construir o conhecimento.

A Psicologia Histórico-Cultural também enfatiza a importância da cultura na formação do indivíduo e na sua aprendizagem, o que está em linha com a ideia de Saviani de que a escola deve estar conectada com a realidade social e cultural dos alunos. No caso do sofrimento psíquico, especificamente a depressão, a abordagem Crítico-superadora busca identificar as causas estruturais que contribuem para o surgimento da depressão, como pressões acadêmicas, desigualdades sociais, falta de apoio emocional, entre outros.

A partir das três abordagens apresentadas, uma da Pedagogia (Histórico Crítica), outra da Educação Física (Crítico-Superadora) e da Psicologia (Histórico-Cultural) podemos dizer que o sofrimento psíquico, em especial a depressão pode ser uma pauta abordada de forma integrada e interdisciplinar por essas três áreas do conhecimento. Possibilitando a compreensão da depressão na escola a partir da análise das estruturas de poder presentes no sistema educacional, que podem gerar pressões e cobranças excessivas sobre os alunos e contribuir para o desenvolvimento da depressão. Além disso, identificar práticas pedagógicas que possam contribuir para a inserção dessa pauta nas aulas de modo geral.

É necessário criar espaços de escuta e diálogo, valorizar a diversidade e promover uma educação inclusiva, que respeite as diferenças e estimule o desenvolvimento integral dos jovens. Além disso, é importante que sejam oferecidos apoio emocional e orientação profissional, visando auxiliar os jovens na construção de projetos de vida e na tomada de decisões.

As concepções mencionadas projetam um currículo que supera as representações inferiorizantes construídas ao longo da história. Neste caso, as juventudes e suas especificidades são valorizadas. Realiza-se uma conexão entre o ambiente escolar e a cultura, fugindo do modo folclorizado, bem como do senso comum e partindo para uma construção do senso crítico. Além disso, ocorre o desenvolvimento de uma relação professor-aluno de respeito, onde acontece a troca de saberes.

As aulas de Educação Física a partir dessa perspectiva, deverão ter propostas de práticas corporais que estimulem o desenvolvimento emocional e social dos alunos, promovendo a inclusão e o fortalecimento de vínculos afetivos. É de extrema importância promover um ambiente escolar acolhedor, que valorize as relações interpessoais e proporcione oportunidades

de aprendizado significativo. Ao conectar as experiências juvenis aos conteúdos educacionais, estamos promovendo uma educação mais significativa, que estimula o pensamento crítico, a autonomia e a transformação social. Dessa forma, os jovens se tornam protagonistas de seu próprio aprendizado e são incentivados a desenvolver habilidades e competências que serão essenciais para sua vida pessoal e profissional.

### **CAPITULO 3**

#### **A REFORMA “NOVO ENSINO MÉDIO” E O SOFRIMENTO PSÍQUICO**

O Ensino Médio corresponde a última etapa de escolarização da Educação Básica. Aprovado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9392/96 em concordância com a Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, destaca-se que além da formação em Ensino Fundamental, para o total desenvolvimento do sujeito será necessária a formação de nível médio. Além disso, a CF (Constituição Federal de 1988) deixa claro a necessidade de qualificação para desenvolver atividades no mundo do trabalho. A sociedade capitalista é caracterizada por uma reconstrução econômica produtiva do mundo trabalho, ou seja, a escola também participa ativamente no processo de relação entre sujeito e mundo do trabalho.

Na reforma “Novo Ensino Médio” esperava-se que fosse superada esta visão de preparar os sujeitos para a superexploração do mercado de trabalho, antes quando se tinha um Ensino de Segundo Grau preparando os jovens para serem explorados por um mercado de trabalho formal e minimamente regulado. As juventudes inseridas neste processo de transição educacional, devem ser compreendidas de acordo com aquilo que vivem ou já viveram. Carregam consigo uma variada gama de conhecimentos. Por mais que nessa nova perspectiva de Ensino Médio fala-se muito dessa possível compreensão humana por parte da escola com as juventudes, o documento deixa claro que não se trata de algo novo e sim de uma adaptação ao atual momento do neoliberalismo.

O *Documento Curricular para Goiás* é baseado na nova Lei do Ensino Médio e na BNCC, ambos por sua vez reformas de caráter neoliberais. Propõe um projeto educacional de qualidade, mas de qualidade delineada pelas empresas. Neste documento estão receitas sobre o currículo básico, metas educacionais, métodos de avaliação, práticas pedagógicas recomendadas e outras orientações para educadores, alunos demais e envolvidos no processo

educacional, tudo para que seja alcançando uma educação em conformidade com o mercado, que atualmente pensa o desenvolvimento intelectual, físico, emocional, social e cultural dos jovens segundo a lógica neoliberal. Além disso, o documento promete uma educação que compreende singularidades e particularidades das juventudes, bem como a sua essência, mas na verdade não foge da educação para metas.

Por mais que em alguns pontos do documento haja resquícios de uma promessa de currículo perfeito a ser seguido, na mesma proporção também há explicitamente a demonstração de uma educação para atender o mercado de trabalho. Este novo modelo é envolto a uma atividade principal que é o Projeto de Vida. Esse projeto é desenvolvido pelos próprios alunos do Ensino Médio, e a partir dele, afirma-se que as juventudes se aprimoram como estudantes e como ser humano, desenvolvendo a sua autonomia intelectual e o pensamento crítico, sendo assim posteriormente capazes de construir uma sociedade mais justa, inclusiva, ética, democrática, solidaria e democrática.

Este também diz que a partir desse currículo o estudante está no centro do processo educacional, oportunizando repensar as práticas pedagógicas de acordo com o perfil e necessidades dele mesmo. Neste sentido, a escola passa a preencher um papel social que de forma intencional promove uma estrutura organizada onde todos possuem direitos e são valorizados com suas pluralidades.

O Projeto de Vida promete potencializar a autonomia das juventudes, valorizando o protagonismo desses estudantes nas escolhas de sua formação. O mundo está em constante movimento e as mudanças surgem o tempo todo. Essas mudanças causam impactos nas vidas das juventudes, nesse momento surgem as necessidades de socialização, de estabelecer a relação educação e trabalho, de escolhas no modo de vida e gerenciamento dos abundantes pensamentos.

A reforma “Novo Ensino médio” e este Projeto de Vida nada mais são que uma reafirmação de que as juventudes terão que estarem preparadas para o trabalho uberizado. Os estudantes são incentivados a considerar suas habilidades, interesses e valores ao fazer escolhas educacionais e profissionais. Isso “contribui” para o desenvolvimento do pensamento adaptado ao mercado de trabalho sem qualquer regulação. Deste modo, o sistema coloca os estudantes como fieis responsáveis por suas “escolhas”, ou seja, sejam de fato protagonistas de sua vida, responsáveis por suas conquistas e por seus possíveis fracassos.



O sistema diz valorizar o protagonismo dos estudantes, considerando que eles têm um papel ativo em suas vidas e na construção de seu futuro, colocando a total responsabilidade apenas no sujeito. O projeto de vida “oferece oportunidades” para que os alunos expressem suas aspirações, interesses e planos, tornando-os protagonistas de sua própria jornada educacional. Além disto, no Documento Curricular de Goiás diz que ao desenvolver o seu projeto de vida, o jovem pode desenvolver habilidades socioemocionais valiosas, como autoconhecimento, resiliência, empatia e habilidades de comunicação. Essas habilidades são fundamentais não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para a vida em geral. Dessa maneira o documento transmite que possui uma intenção inovadora e que de certa maneira parece ser o melhor para as juventudes, mas não.

É importante ressaltar que, a implementação de políticas educacionais nem sempre reflete completamente os princípios declarados nos documentos curriculares ou nas diretrizes educacionais, o sistema educacional afirma valorizar os jovens, mas na prática isso não ocorre, há uma desconexão entre a teoria e a implementação eficaz das políticas educacionais.

A reforma “Novo Ensino Médio” coloca uma ênfase excessiva nos estudantes e em suas escolhas “conscientes”, causando desconforto no sujeito e pressão psicológica. Antes pensavase o Ensino Médio como antecessor do mundo adulto, momento para projetar seu futuro. Nessa nova diretriz, o futuro é agora. A expressão "o futuro é agora" quer dizer que os estudantes não devem apenas se concentrar em se preparar para o que virá depois dessa etapa final de escolarização, mas também devem considerar como podem aplicar suas habilidades e conhecimentos no presente.

Em suma, o jovem é colocado na dinâmica de atribuir mais controles e responsabilidades sobre seu futuro, visto que é perverso exigir de um humano que está em formação definições tão densas e consistentes, ainda mais, diante do real que nos atravessa mediante a situação econômica em geral do nosso país. É contraditório para a escola e traz consequências importantes na ação docente, gerando uma paranoia coletiva quando o documento afirma que, ao desenvolver seu projeto de vida na escola, as juventudes possam, por assim dizer, definir quem são em sua totalidade [...] (BERNARDES; VOIGT, 2022)

As juventudes são pressionadas desde o Ensino Médio a já se tornarem empreendedores, sem a oportunidade de explorar suas paixões, apenas entender os critérios do mercado de trabalho e tomar decisões informadas sobre suas carreiras. O empreendedorismo de acordo com Silva (2022) cria uma demanda aos indivíduos de criatividade e capacidade de idealizar e de colocar projetos em prática.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) considera que a Educação Física possibilita investigar e experimentar movimentos e gestos por meio de práticas corporais de diferentes culturas, fazendo associações entre os discursos e os valores destas práticas corporais com a vida do/a jovem estudante.

A Educação Física na reforma “Novo Ensino Médio” foi enquadrada em conteúdos previamente determinados e estruturado em Competências e Habilidades. As aulas de Dança, Lutas, Ginástica, Jogos e Brincadeiras e outros, possuem o caráter único de contribuir para o campo de atuação na vida pública e campo de atuação da vida pessoal, fala-se também de desenvolver relação empática, solidariedade, justiça, equidade e respeito, mas o principal é o desenvolvimento de competências sócioemocionais. Este modelo de ensino não permite que os professores trabalhem autonomamente com as inúmeras e complexas questões que incomodam as juventudes e levam ao sofrimento psíquico. A falta de ênfase na saúde mental pode indicar uma ausência de consideração pelos aspectos psicológicos do desenvolvimento dos estudantes. Isso inclui a compreensão de emoções, personalidade, resiliência e a importância de desenvolver habilidades emocionais.

Além disso, o Componente Curricular (Educação Física) que trabalha com os elementos fundamentais à amenização dos efeitos do sofrimento psíquico, foi simplesmente limitado ao mínimo possível na reforma “novo ensino médio”. Adendo, o documento do Novo Ensino Médio Para Goiás, onde a Educação Física é componente da formação geral básica, foi restrita apenas ao primeiro ano do Ensino Médio, podendo aparecer como parte do núcleo diversificado, caso seja escolhida pelos estudantes.

A partir disso, o professor tem a responsabilidade de extrair desse limitado conteúdo a capacidade de tornar as juventudes protagonistas críticos, criativos e reflexivos, capazes de apreciar e produzir suas próprias práticas corporais presentes na cultura corporal. Ficará em segundo plano a capacidade de dominar as técnicas esportivas, o mais importante é reconhecer suas práticas corporais como forma de expressar sua vida ativa, solidária e cidadã. O documento segue à risca a ideia de formação de empreendedores de si mesmos, com o discurso de: *Pensar o empreendedorismo, seja ele pessoal ou social, envolve reconhecer experiências de pesquisa, criação, mobilização, intervenção na comunidade para avaliar e criar caminhos para a sua vida após o Ensino Médio.*

Ao longo deste trabalho evidenciamos diversas vezes o que gera e potencializa os casos de sofrimento psíquico, em conexão com a psicologia histórico cultural, o *Documento Curricular de Goiás* não fala diretamente sobre de que maneira o projeto visa conscientizar as

juventudes e posteriormente evitar casos de sofrimento psíquico no ambiente escolar. Isto quer dizer que por mais que esteja a todo momento ao longo do documento, o fato que o jovem deve ser compreendido humanamente, seja com suas particularidades e singularidades, notamos que não passa de um discurso politicamente correto para vender a ideia proposta, vestida com uma roupagem (discurso) diferente. Nem mesmo através da Educação Física Escolar nesse ‘‘novo’’ parâmetro, não trata no documento de forma objetiva pontos que fogem da tradicionalidade, alvo de tantas críticas. Esse novo currículo contém potencialidade de exclusão tanto quanto o modelo anterior.

Além disso, o documento curricular não dá a devida importância à saúde mental e à compreensão de questões como a depressão, negligenciando um aspecto crucial do bem-estar dos estudantes. A ausência de discussões sobre saúde mental, incluindo a depressão, pode contribuir para o estigma associado a esses temas. A falta de conscientização pode levar a uma compreensão limitada e a preconceitos em relação a questões de saúde mental.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As doenças psíquicas a partir da perspectiva da concepção histórico-cultural. Na nossa análise revelou a importância de compreender essas condições dentro de um contexto sociocultural e histórico específico, reconhecendo que as experiências psíquicas são influenciadas por fatores culturais, sociais e individuais. Partindo da teoria do desenvolvimento humano proposta por Lev Vygotsky, compreendemos que as doenças psíquicas não podem ser explicadas apenas em termos biológicos ou individuais, mas devem ser vistas como produtos das interações entre o indivíduo e o ambiente sociocultural. Nesse sentido, as crenças, normas,

valores e práticas de uma determinada sociedade desempenham um papel fundamental na compreensão e no tratamento das doenças mentais.

A concepção histórico-cultural nos permite questionar as noções de normalidade e anormalidade, reconhecendo que esses conceitos são construídos socialmente e variam ao longo do tempo e entre diferentes culturas. As mudanças nas concepções das doenças psíquicas ao longo da história refletem os avanços científicos, as transformações sociais e as lutas por direitos e inclusão das pessoas com problemas sofrimento psíquico. Além disso, a perspectiva histórico-cultural nos convida a considerar as práticas de cuidado e tratamento do sofrimento psíquicos em diferentes contextos culturais. Por exemplo, algumas culturas enfatizam a importância da comunidade e do apoio social no processo de recuperação, enquanto outras priorizam abordagens médicas e farmacológicas. Compreender essas variações culturais nos permite questionar os modelos dominantes de tratamento e promover intervenções mais culturalmente sensíveis.

No entanto, é importante reconhecer que a concepção histórico-cultural não deve ser utilizada para negar a existência das doenças psíquicas ou minimizar o sofrimento das pessoas que as vivenciam. Pelo contrário, ao adotar essa abordagem, buscamos ampliar nossa compreensão sobre essas condições, desafiando estigmas e preconceitos, e promovendo uma visão mais integrada e humanizada da saúde mental. Em suma, a partir da concepção históricocultural, podemos enxergar os sofrimentos psíquicos como fenômenos complexos e multidimensionais, resultantes das interações entre o indivíduo e seu ambiente sociocultural. Essa perspectiva nos convida a considerar as influências culturais na compreensão e tratamento, valorizando a diversidade e promovendo abordagens mais inclusivas e contextualmente relevantes.

Além disso, pensar Ensino Médio e Juventudes permite compreender como essa relação pode colaborar para o surgimento do sofrimento psíquico, juntamente com os momentos de fragilidades, mudanças, construção de confiança, pressão psicológica, problemas financeiros e outros. O Documento Curricular para Goiás, colabora nesse quesito, uma vez que, de acordo com as análises feitas no documento não há em nenhum momento a devida preocupação com a saúde psicológica das juventudes. Na realidade, surgiram outras novas formas de pressão e responsabilidades que potencializam casos cada vez mais os casos no ambiente escolar e fora dele. É de extrema importância dar continuidade a esse debate e avaliar as mudanças propostas, levando em conta as opiniões de estudantes, professores e especialistas em educação.

A base fundamental é garantir que as reformas no Ensino Médio atendam às necessidades e realidades dos alunos. Além disso, é necessário buscar soluções que promovam a equidade e a qualidade do ensino, visando à formação integral dos estudantes. Seria necessário juntamente com a psicologia histórico cultural e as pedagogias críticas terem a real visibilidade no campo educacional para que haja a inserção dessa temática tão importante no âmbito da educação, que é pouco explorada, mesmo com o aparecimento constante de casos nas escolas.

Essas considerações ressaltam a importância de uma abordagem educacional que reconheça a interconexão entre saúde mental, aspectos psicológicos, contexto histórico e diversidade cultural. Uma educação abrangente e sensível à saúde mental deve ser integrada ao currículo de forma a promover uma compreensão holística e equitativa desse tema crucial.

## **5 REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, M. R. A formação social dos transtornos do humor. Botucatu, SP, 2018. 417 f. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Medicina. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153333>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

ALMEIDA, M. R., Gatti, B., Patto, M. H.S., Lobo da Costa, M., & Copit, M. S. (1979). Causas da retenção escolar na 1ª série do ensino de 1º grau: uma nova abordagem [Resumo]. Em Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Org.), Resumos de comunicações científicas da 31ª Reunião Anual da SBPC (p.733). Fortaleza: SBPC

AMARANTE, P. (1995). Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da reforma psiquiátrica. In *Cadernos de Saúde Pública*. (3a ed.). (Pp. 491-494). Rio de Janeiro: Fiocruz. <https://rl.art.br/arquivos/416799.pdf?1174221107>

ANJOS, Ricardo Eleutério dos & DUARTE, Newton. A adolescência: comunicação íntima pessoal, atividade de estudo e formação de conceito. IN: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Ângelo Antônio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. *Periodização históricocultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas-SP: Autores Associados, 2016.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima et al. *Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais*. 2019.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ATKINSON, L. R.; et al. *Introdução à Psicologia de Hilgard*. Tradução Bueno, D.; 13. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. P. 562-563.

BAPTISTA, A. (1999). Eficácia e disseminação dos programas psicológicos de tratamento. O desafio atual. *Revista de Humanidades e Tecnologias*, 1, 52-61.

BAPTISTA, A.; CARVALHO, M.; LORY, F. O medo, a ansiedade e as suas perturbações. *PSICOLOGIA*, [S. L.], v. 19, n. 1/2, p. 267–277, 2005. DOI: 10.17575/rpsicol.v19i1/2.407. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/407>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BARBOSA, Luciana Mara Tachini; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Contribuições da psicologia histórico-cultural para o ensino médio: conhecendo a adolescência. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 47, p. 47-55, dez. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752018000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752018000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 30 maio 2023. <http://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20180017>.

BERNARDES, A. C. R.; VOIGT, J. M. R. PROJETO DE VIDA E EMPREENDEDORISMO NO NOVO ENSINO MÉDIO. *Educação em Foco*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 27011, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36651>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BITTENCOURT, L. J. & Almeida, R. A. (2013). Transtornos alimentares: patologia ou estilo de vida? *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 220-229.

BORUCHOVITCH, E. (1993). A Psicologia cognitiva e a metacognição: Novas perspectivas para o fracasso escolar brasileiro. *Tecnologia Educacional*, 22 (110/111), 22-28

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental: Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.

CECCARELLI, P. (2005). O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. *Psicologia Em Estudo*, 10(3), 471–477. <https://doi.org/10.1590/S141373722005000300015>

DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2019.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção formação de professores)

FERREIRA, Darlene Cardoso; TOURINHO, Emmanuel Zagury. Relações entre depressão e contingências culturais nas sociedades modernas: interpretação analítico-comportamental. *Rev. bras. ter. comport. Cogn.* São Paulo, v. 13, n. 1, p. 20-36, jun. 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151755452011000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151755452011000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 05 set. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GODINHO, W.D.N.; Nascimento, R.F. (2016). Percepção Dos Praticantes De Exercício Físico Sobre A Relação Entre A Prática Regular Do Exercício E A Diminuição Do Grau De Depressão. *Coleção Pesquisa Em Educação Física, Várzea Paulista*.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Documento Curricular para Goiás- Etapa Ensino Médio. –Disposições Gerais. Goiânia, Secretaria de Estado da Educação, 2020.

GOMES, Cláudia Aparecida Valderrama e MELLO, Suely Amaral. Educação escolar e constituição do afetivo: algumas considerações a partir da psicologia histórico-cultural. *Perspectiva* [online]. 2010, vol.28, n.02 [citado 2023-06-04], pp.677-694. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010254732010000200016&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010254732010000200016&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0102-5473.

GONÇALVES, Juliana de Abreu et al. Transtornos alimentares na infância e na adolescência. *Revista paulista de pediatria*, v. 31, p. 96-103, 2013.

KUENZER, A. As propostas de decreto para regulamentação do ensino médio e da educação profissional: uma análise crítica. Curitiba, 2003. Disponível em: <[www.anped.org.br/representacoesanped2004.pdf](http://www.anped.org.br/representacoesanped2004.pdf)> Acesso: 21 maio 2023

LEAL, Z. F.R.G. Educação Escolar E Constituição Da Consciência: Um Estudo Com Adolescentes A Partir Da Psicologia Histórico-Cultural – Tese Doutorado, São Paulo, 2010.

LIBÂNIO, José Carlos. Licenciatura em Pedagogia: a ausência dos conteúdos específicos do ensino fundamental. In: GATTI, Bernadete Angelina et al. (Org.). *Por uma Política Nacional de Formação de Professores*. São Paulo: UNESP, 2013. P. 73-94.

MACIEL, E.; MAIA DA COSTA, J. .; XAVIER BRITO, L. O tema da Saúde na Educação Física Escolar: propostas para uma abordagem crítica. *Portal de Livros da Editora*, [S. l.], v. 1, n. 10, p. 162, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/12134>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NÓVOA, António. *Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo*. São Paulo: Sindicato dos professores de São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, C. D. de; CORROCHANO, M. C. Jovens estudantes do ensino médio integrado: relações de gênero na formação profissional. *Cadernos do Aplicação*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111161. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111161>. Acesso em: 9 dez. 2023.

- RAMMINGER, T. A saúde mental do trabalhador em saúde mental: um estudo com trabalhadores de um hospital psiquiátrico. Bol. da Saúde, v.16, n.1, 2002
- ROSENBERG, A. M. S. De (Org.). (1991). O lugar dos pais na psicanálise de crianças. São Paulo: Escuta.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SERRA, Adriano S.Vaz. O que é ansiedade? Revista Psiquiatria Clínica, vol. 1, n.2, p. 93-104, 1980. Disponível em: <http://rihuc.huc.minsaude.pt/bitstream/10400.4/191/1/O%20que%20%C3%A9%20a%20ansiedade%5B1%5D.pdf> . Acesso em 25 abril. 2023.
- SILVA, M.A.S. TULESKI, S.C. Patopsicologia Experimental: Abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. Estudos de Psicologia, Maringá- PR, outubro a dezembro de 2015.
- VIAPIANA, V. N. A depressão na sociedade contemporânea: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/49331>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.
- VYGOTSKI, L. S. (1996). Psicologia infantil. Obras escogidas. Tomo IV. Madri: Visor.
- ZAMBENEDETTI, G.; SILVA, R. A. N. A noção de rede nas reformas sanitária e psiquiátrica no Brasil. Psicologia em Revista, v.14, n.1, Belo Horizonte, 2008, p.131-150